



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6940 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MEDIO NO ESTADO DA BAHIA

Sandra Kely Machado Bastos Santana - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Solange Mary Moreira Santos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Maryana Barretto Pereira Lacerda - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MEDIO NO ESTADO DA BAHIA

1. INTRODUÇÃO

A história dos direitos civis de uma forma ampla no Brasil é marcada por ser mais iniciativa do estado do que da própria sociedade. A esse respeito, Carvalho (1998 p. 35) assevera que a implantação dos direitos civis “surgiram pelo ato de fundação da nacionalidade, realizado quase sem luta, numa transição pacífica do regime colonial para a vida independente.” Embora não se negue a existência da sociedade civil, o fato da iniciativa e ação do estado, estar presente antes da ação popular, mostra a capacidade propositiva da sociedade brasileira reduzida.

Para Carvalho (1992 p. 88), “a existência dos direitos políticos sem o prévio desenvolvimento de direitos civis, da convicção única da liberdade individual e dos limites do poder do Estado, redundam num exercício falho da cidadania política”, tendo em vista que a democracia se faz nas relações sociais e /ou de poder como conquista de um Estado de direito. A contribuição que a democracia pode dar efetivamente na superação das condições sociais é a “transparência do poder, elemento este que estará presente em qualquer conceito que se tenha de democracia” (BOBBIO, 2000 p.100).

A democracia, para Bobbio, é algo instrumental porque estabelece “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (BOBBIO, 2000 p. 22), ou ainda, democracia “é caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 2000 p.22). Sobre regras da democracia, Bobbio vê a exigência da participação de um número elevado de sujeitos nos processos de tomada de decisões e a garantia de que os sujeitos, que são chamados a participar dos processos de tomada de decisões, devem ter as condições mais próximas possíveis do ideal para tais procedimentos.

Nas discussões espinhosas, devido as desigualdades cada vez mais profundas, grandes demandas surgem numa velocidade que nenhum sistema político, por mais eficaz que seja, consegue atender a todos os anseios de forma igualitária. Nesse sentido, fica evidente que essa representatividade política não atende de forma igual a seu povo, tendo em vista as discrepantes concentrações de renda dentro das relações capitalistas em que uma classe permanece sendo explorada para o enriquecimento de outra como demonstração de que os cidadãos escolhidos pelo povo, dentre este, a grande massa de trabalhadores, não tem seus interesses representados de fato. Assim os anseios da classe burguesa, que sempre se favorece, prevalecem no sistema capitalista, e certamente a educação que a burguesia concebeu coloca essas duas classes antagônicas na posição determinada pela primeira.

Partindo desse princípio Saviani (2016, p. 41) assevera: “o desenvolvimento da educação, e, especificamente da escola pública, entra em contradição com as exigências inerentes à sociedade de classes de tipos capitalista”. Nesse sentido, os gestores se veem levados a implementar políticas gerencialistas, que se situam entre as demandas de monitoramento e as condições para execução das metas estabelecidas, já que a política aponta para a realização de ações que refletem no monitoramento por meio das avaliações em larga escala, controle da evasão dos alunos; supervisão do corpo pedagógico para o atingimento de metas como a redução da reprovação e evasão escolar, visando assegurar a educação de qualidade.

Conforme ainda constata Saviani (2016, p. 41) “a base de sustentação das expectativas contraditórias depositadas na educação pública encontra-se na estrutura da sociedade de classes que, na forma capitalista, se assenta na mercadoria, sua célula constitutiva”. As políticas gerenciais são a expressão da condução dos rumos da educação pelo capital, em atendimento aos anseios do mercado e a busca angustiante da melhoria dos índices educacionais.

Nessa perspectiva, a contradição da autonomia escolar de dar os rumos administrativos-pedagógicos escolhidos por sua comunidade, evidencia “a impossibilidade da universalização efetiva da escola; a impossibilidade do acesso de todos ao saber; a impossibilidade de uma educação unificada, (...) um tipo de educação para uma classe e outro tipo para outra classe ou então uma mesma educação para todos.” (SAVIANI, 2016 p. 42).

Com altos índices de analfabetismo no estado, mais e três milhões de pessoas, de cinco anos ou mais, ainda em 1999 analfabetas na Bahia, políticas para o Ensino Médio não era exatamente uma prioridade neste momento.

Diante das políticas externas à escola que interferem diretamente nas ações e posições dos sujeitos inseridos no contexto escolar e frente aos rumos dados as políticas públicas educacionais no Estado da Bahia, nos cabe questionar, até que ponto as políticas de educação para o Ensino Médio (EM) atenderam às expectativas democráticas, na rede estadual, no período de 1987 a 2002. Ressaltamos o momento histórico vivido no período de redemocratização da sociedade brasileira e baiana, que com a queda da ditadura civil militar provocou as expectativas do povo da Bahia, de que se dessem um salto qualitativo na educação brasileira e baiana, com a implementação de políticas que atendessem as carências sociais do povo.

Chama-nos atenção o recorte temporal a partir de 1986, período pós ditadura civil-militar, que teve como marco no processo de redemocratização no estado da Bahia, as eleições diretas para governador. A partir desse ano as expectativas da sociedade baiana eram de implantação de políticas democráticas ansiadas com o fim do período repressivo. Nesse ínterim, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996 constituíram memoráveis regulamentações em direção a

implementação de políticas educacionais democráticas. E como ponto de chegada da investigação o ano 2002, seis anos após a publicação da LDB 9694/96, com a pretensão de analisar as reverberações democráticas das Leis Federais, nos documentos oficiais da educação, publicados no Estado da Bahia.

As políticas educacionais no Estado da Bahia para o EM, pós ditadura é alvo desse trabalho, assim a pretensão é dividir a pesquisa em períodos específicos. De forma que a busca se iniciará a partir do primeiro governo eleito em 1987 após o período de repressão, até a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. O segundo período compreende as políticas pós LDB de 1996 a 2002 marcado como era *carlista*[1] no governo do Estado da Bahia.

Para início da coleta de dados, foi feito um levantamento de Leis e Decretos do Governo do Estado relacionados à Secretaria da Educação da Bahia, através de acesso remoto ao site da Casa Civil do Governo do Estado da Bahia. Após isso, foi realizada uma análise qualitativa dos documentos encontrados, estabelecendo a relação com as políticas desenvolvidas para o Ensino Médio no Estado da Bahia no período de 1987 a 2002.

A esperança de mudança na política educacional para o Ensino Médio baiano (1987-2002)

No âmbito educacional os anos finais da década de 1980 traziam anseios e manifestações como podemos observar nas Conferências Brasileira de Educação (CBE) que aconteceram entre 1980 a 1991 objetivando a participação no processo de redemocratização da sociedade brasileira, de reorganização e redemocratização do campo da educação, análise e formulação de políticas públicas da educação, tendo em vista a construção de um projeto para a educação nacional. A Conferência ocorrida em 1986 na cidade de Goiânia tratou de princípios de uma política nacional, de dimensões democráticas sobre educação, sociedade e estado. Podendo-se destacar alguns destes:

...o princípio de direito de todos à educação e o dever do estado na oferta da educação escolar, pública, gratuita, de qualidade e laica, na manutenção dos recursos públicos, exclusivamente para o ensino público, da gestão da educação democrática escolar e a obrigatoriedade do Estado de prover os recursos necessários para assegurar condições objetivas ao cumprimento da obrigatoriedade da educação, (...) o ensino público e gratuito para jovens e adultos, a universalização do ensino, acesso e permanência na escola, a carreira nacional do magistério com provimento de cargos por concurso, piso nacional, condições satisfatórias de trabalho e direito à sindicalização. (FNDEP[2] 1986, p.1)

Assim na Bahia, com o restabelecimento das instituições democráticas, em 1986 foram eleitos pelo voto direto, Francisco Waldir Pires e Nilo Coelho, governador e vice respectivamente, assumem o governo em 15 de março de 1987 e criam grande expectativa na população, que comemorou essa eleição como uma derrota da ditadura na Bahia. Algo que ficou na história, rompendo com um longo período de arbítrio, autoritarismo e violência na política baiana. Waldir era visto como a antítese disso tudo, embora permanecesse no cargo por apenas 02 anos assumindo seu vice em seu lugar.

Nesse estado o cenário na educação é traduzido pelos gráficos e tabelas a seguir que retratam os números de escolas que ofertavam o Ensino Médio[3], como as matrículas iniciais e finais dos anos de 1982, 1983, 1984. A partir de 1985, o IBGE menciona apenas os números de matriculados sem evidenciar a matrícula inicial nem final, bem como não faz distinção à dependência administrativa dos estabelecimentos de educação.

Observamos nesse gráfico que, o número de escolas da rede estadual, que ofertavam o ensino médio na Bahia era um número bem abaixo da rede particular de ensino, nos anos de

1983 a 1985, vindo em seguida os estabelecimentos da rede municipal e um número bastante reduzido de escolas federais, apenas 07, no estado da Bahia nesse período. De modo que em 1985 somava-se 605 instituições de ensino com oferta do nível médio da educação básica em todo estado.

QUADRO 03 – Número de estabelecimentos de Ensino Médio por Rede Administrativa entre os anos 1983- 1985.

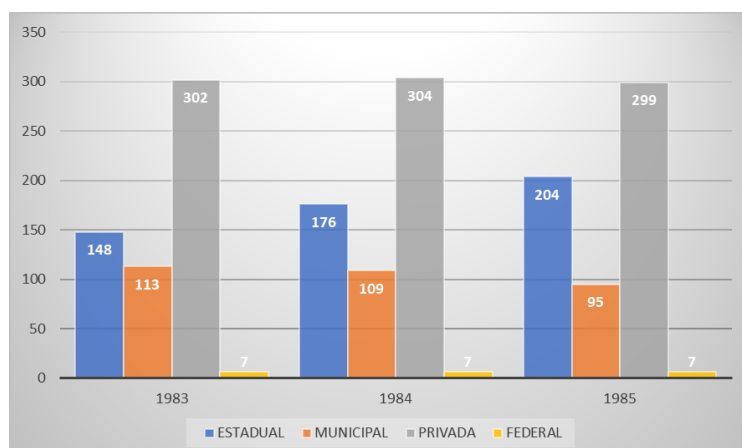


Gráfico criado pela autora com base nos dados pesquisados no Anuário Estatístico do Brasil de 1987/1988 – Publicado pelo IBGE, 1988.

Ainda segundo Anuário Estatístico do Brasil de 1989 – Publicado pelo IBGE, 1989, ocorre o crescimento no número de unidades escolar (UE) de EM na Bahia que varia entre 570 escolas em 1983 para 646 em 1988, um aumento expressivo de 76 escolas de Ensino Médio na Bahia, em apenas cinco anos.

Os dados crescentes de escolas se confirmam com os números de matrículas nas instituições de ensino médio nesse período, conforme observamos nas tabelas abaixo.

QUADRO 05 - Números de matrícula inicial, no Ensino Médio no estado da Bahia, por Competência Administrativa, no período de 1983 a 1985

Matrícula Inicial De Estudantes Do Ensino Médio No Estado Da Bahia					
Anos	Competência Administrativa				TOTAL
	Estadual	Municipal	Privada	Federal	
1983	94.388	16.577	53.260	4.224	168.449
1984	107.172	15.953	51.422	4.235	178.782
1985	110.813	15.168	51.870	4.464	182.315

Tabela criada pela autora com base nos dados pesquisados no Anuário Estatístico do Brasil de 1987/1988 – Publicado pelo IBGE, 1988.

QUADRO 06 - Números de matrícula final, no Ensino Médio no estado da Bahia, por Competência Administrativa, no período de 1983 a 1985.

Matrícula Final De Estudantes Do Ensino Médio No Estado Da Bahia					
Anos	Competência Administrativa				TOTAL
	Estadual	Municipal	Privada	Federal	
1982	77.389	13.254	47.775	6.358	144.776
1983	78.782	13.196	47.442	6.672	146.692
1984	83.303	12.286	45.483	7.119	148.191

Tabela criada pela autora com base nos dados pesquisados no Anuário Estatístico do Brasil de 1987/1988 – Publicado pelo IBGE, 1988.

QUADRO 07 - Números de matrículas inicial e final, no Ensino Médio no estado da Bahia, no período de 1986 a 1988.

Matrícula Estudantes Do Ensino Médio No Estado Da Bahia		
Anos	Matrícula Inicial	Matrícula Final
1986	187.608	154.639
1987	196.480	165.086
1988	205.353	175.940

Tabela criada pela autora com base nos dados pesquisados no Anuário Estatístico do Brasil de 1989 – Publicado pelo IBGE, 1989

Os dados das matrículas crescentes no período de 1983 a 1985 é diretamente proporcional ao aumento da oferta de unidades de ensino com nível médio de ensino no estado da Bahia. Observamos ainda que esses números continuam numa crescente nos anos à frente (1986-1988). Entretanto, o decréscimo dos números da matrícula final em relação à matrícula inicial em todos esses anos (1983 a 1988), evidenciam altos números de evasão e/ou abandono escolar no EM, indicando a necessidade de políticas públicas para permanência desses estudantes até a conclusão desse nível de ensino.

Nesse cenário educacional que Waldir Pires assume o governo em março de 1987 criando grande expectativa de ações sociais democráticas, período em que efervescia os anseios pela redemocratização no país. O povo baiano associava a trajetória do então governador Waldir Pires e seus discursos de justiça social, democracia e Estado, voltado para o interesse público de inauguração de uma nova fase na política governamental baiana (SILVA, 2007), especialmente no tocante a políticas educacionais democráticas.

Apesar dos anseios da comunidade educacional, as ações iniciais do primeiro governo baiano pós ditadura não passaram de medidas emergenciais, sem novidades que expressassem “esforços de edificação de uma nova prática de gestão” (SILVA, 2007). De forma que não oferecia lastro para inauguração de instrumentos que implementassem relações democráticas nas escolas públicas estaduais, embora a discussão de temas como, a escolha de diretores de escola e criação de conselhos escolares já permeassem nos debates em reuniões escolares entre professores nesta época e conforme manifestos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB, 2016).

O retorno da era “Carlista”

Somadas a diversas insatisfações com “governo democrático da mudança”[4], o povo baiano volta a colocar no poder, desta vez por eleição direta, Antônio Carlos Magalhães, que com as sucessivas vitórias, consegue a hegemonia de seu grupo no comando do governo estadual por 16 anos a partir de 1991, até o pleito de 2006 em que amargou a memorável derrota nas eleições para governador.

Desde a posse de Antônio Carlos Magalhães, em 15 de março de 1991, apesar da Reforma Administrativa proclamada como medida de recuperação do desastre da administração anterior e alinhamento do estado da Bahia ao cenário mundial em desenvolvimento, a Secretaria da Educação não avançou com as almejadas políticas de valorização da docência e participação nas decisões na educação. Todavia, sancionou a Lei nº 6332 em 21 de outubro de 1991, que cria os colegiados escolares com funções de acompanhamento administrativo e pedagógico, limitando-se aí a concepção de gestão democrática nas escolas públicas estaduais.

A população baiana aguardava com vívida expectativa a inserção do estado à nova ordem mundial que se respirava nos anos de 1990, diante dos compromissos assumidos pelo líder carlista, então governador Antônio Carlos Magalhães (ACM), que em sua posse

ênfatiou como linhas de ação a “restauração da moralidade pública, o reordenamento administrativo do aparelho de Estado, a valorização do servidor público e a recuperação financeira do Tesouro” (BAHIA. 1991 a, p. 3). E o estado da Bahia carecia neste momento de medidas e projetos educacionais urgentes que viessem a equacionar números constrangedores da educação. A Bahia apresentava em 1991 uma taxa de analfabetismo de 41,4%, na população de 5 anos ou mais, e 2.332.740 pessoas estavam fora do sistema educacional, na faixa de 0 a 17 anos (BAHIA, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apontam que o estado da Bahia não deu os passos esperados por uma sociedade que vivia o processo de redemocratização do país e aguardava ser contemplados projetos que melhorassem suas condições de vida, bem como de seus filhos matriculados nas escolas da Bahia. Esperavam do Estado, mais que a oferta de vagas, reformas e conservação de escolas da rede estadual, aguardavam ações de melhoria na qualidade da educação praticada no estado, bem como a garantia de políticas que visassem a permanência dos estudantes na escola.

Quanto as políticas específicas para o Ensino Médio, as ações governamentais para educação no período de 1987 a 2002 no Estado da Bahia, não sofreram mudanças significativas no que tange proporcionar o acesso total e irrestrito desse nível de ensino para os jovens baianos. O gargalo entre os anos finais do Ensino Fundamental e a ascensão ao EM permaneceu com um índice reprimido de jovens sem a finalização da Educação Básica.

Assim, ainda cabe investigação e aprofundamento nos dados e documentos que desenhem o perfil político desses governos que direcionaram a educação do estado da Bahia, no período de redemocratização do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Diário Oficial (2008)** Decreto nº 11.218 de 18 de setembro de 2008, Salvador, BA.
- _____ (2011) Decreto nº 13.202 de 19 de agosto de 2011, Salvador, BA.
- _____ (2015) Decreto nº 16.385 de 26 de outubro de 2015, Salvador, BA.
- _____ Assembleia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar. Divisão de Pesquisa. **Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana, 1889-1991.** 2ª ed. Salvador: Assembleia Legislativa, 1997.
- _____ **Diário Oficial.** Governador expõe suas metas. Salvador, ano LXXV, nº 14.712 e 14.713, 16 e 17 mar.1991a, Caderno 1, p. 3.
- _____ <http://www.legislabahia.ba.gov.br/> Acesso dia 19 de maio de 2020.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia.* Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. - Ano 1 (1908/1912)- . - Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. - Ano 1 (1908/1912)- . - Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf . Acessado em 20 de novembro de 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acessado em 20 de novembro de 2019.

CARVALHO, José Murilo. **Interesses Contra a Cidadania**. São Paulo. Cultura Editores

Associados. Banco Bamerindus do Brasil S/A, 1992. Acessado em 21 de abril de 2020.

SAVIANI, D. 2018. **Política Educacional No Brasil Após A Ditadura Militar** . Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, v.18, n.2 [76], p. 291-304, abr./jun.2018.

SILVA. Antonia A. 2007. **As Políticas Públicas Para Educação Básica Na Bahia Nos Anos90: Propostas E Ações Nas Gestões De Antonio Carlos Magalhães E Paulo Souto (1991-1998)**, USP, São Paulo, 2007.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais, Ensino Médio, Bahia.

[1] Denominação dada ao grupo político liderado por Antônio Carlos Magalhães (ACM).

[2] Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

[3] Na época a nomenclatura para este nível de ensino era 2º grau.

[4] *Slogan* do governo Waldir Pires e Nilo Coelho em 1987.